Acervo ISA

CEDI

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : DIÁRIO DO AMAZONAS/MAO CLASS. : 255

DATA : 19 08 87 PG. : 3

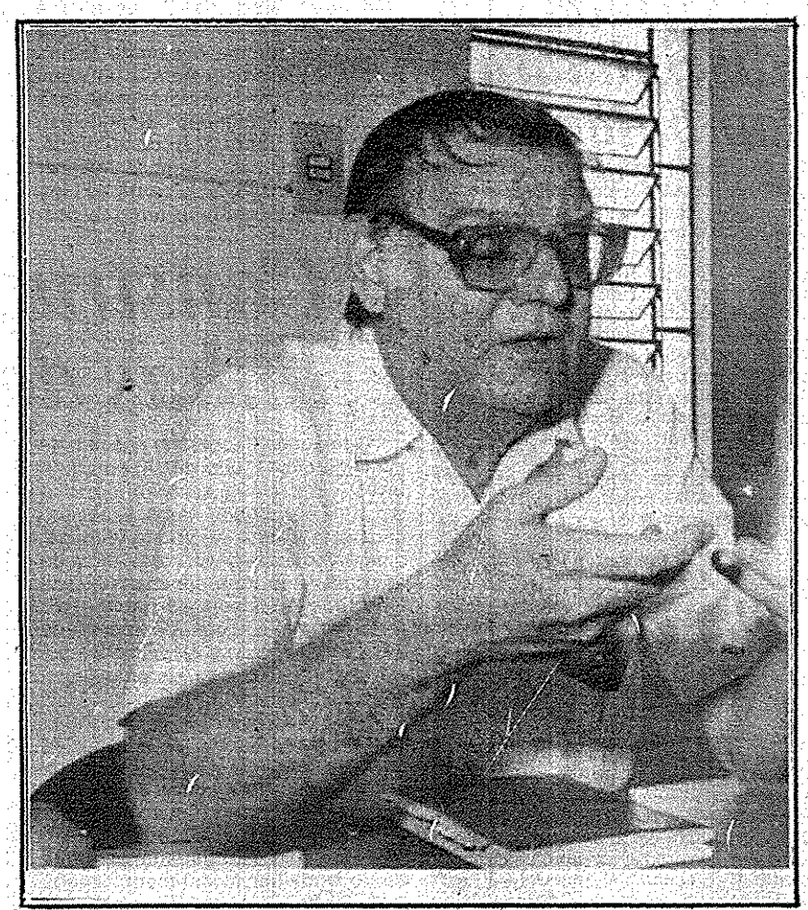
Denúncias na Justiça

Bispo acusa empresas de agir contra Igreja

Sem apresentar dados contestatórios às denúncias feitas pelo Jornal "O Estado de São Paulo", mas repetindo sempre que todos vão ter que provar na Justiça as acusações que estão fazendo contra a ação da Igreja e do Conselho Indigenista Missionário junto aos índios, o Bispo de Rio Branco e presidente regional da CNBB, D. Moacyr Grechi, garantiu, ontem, que o trabalho em defesa dos direitos dos índios continuará sendo feito e advertiu que o "tiro pode sair pela culatra".

D. Moacyr Grechi vê em toda essa campanha contra o Cimi a presença de empresas mineradoras, interessadas em mudar os rumos da Assembléia Nacional Constituinte. Ele disse que vê tudo isso com muita surpresa e apreensão do que diz respeito aos povos indígenas, que podem ser prejudicados na sua sobrevivência física e cultural, porque "quando entram mineradoras, adeus terras dos índios".

— Que eles tragam fatos, pediu o presidente da CNBB Norte I, acrescentando que até agora o "Estado de São Paulo" tem se limitado a publicar documentos que, segundo o Arcebispo, não existem e são totalmente forjados, inclusive os diálogos transcritos. Ele disse que o documento da União Mundial das Igrejas, citado pelo Jornal e que diz traçar diretrizes de ação, "simplesmente não existe".



D. Moacir afirma que o "tiro pode sair pela culatra" e a Igreja vai continuar o seu trabalho

Explicando a posição da Igreja em torno da questão mineral em terras indígenas, D. Moacyr disse que ela defende que somente a União poderá retirar os minérios, com o consentimento dos índios e desde que os minérios a serem retirados não existam em outras partes do Brasil e sejam essenciais para o bem da União. Caso contrário, a exploração fica simplesmente proibida de ser feita por empresas particulares, porque "o governo não controla as mineradoras".

O Arcebispo aconselhou que "as empresas mineradoras particulares minerem em outras partes do Brasil".

Ele condenou o acordo firmado há poucos meses entre índios do Alto Rio Branco e a Empresa Paranapanema, que foi autorizada a atuar em terras indígenas. D. Moacyr disse que esse acordo foi imposto pela Paranapaenama e apresenta flagrantes contradições, além de ser ilegal e lesar os índios. Em sua opinião, a Funai deveria intervir para evitar que isso aconteça.

D. Moacyr, sobre as críticas que surgiram de várias pessoas e órgãos contra o Cimi e contra a Igreja, depois da divulgação das matérias no "Estado de São Paulo", exigiu que as pessoas provem o que dizem porque a Igreja não responde a afirmações genéricas. "O Cimi sempre defendeu o que a Lei manda", acentuou, admitindo que possam haver falhas no trabalho da Igreja porque onde há seres humanos podem ocorrer "erros".

Sobre as declarações do Delegado da Funai, Sebastião Amâncio, segundo as quais ele já tinha conhecimento das denúncias desde 1984, quando o assunto foi publicado em um jornal da Venezuela, o Arcebispo concluiu que "ele deve ter o mínimo de decência para se retratar depois.

O conflito entre índios e garimpeiros, em Roraima, foi um outro assunto enfocado por D. Moacyr. Ele garantiu que a área do conflito, que resultou em morte de índios e garimpeiros, é longe das missões e a Igreja não tem qualquer trabalho na área dos Yanomanis. "Já virou mania acusar a Igreja sempre que os índios tomam posições desse tipo", finalizou.